



PARECER DO CONSELHO FISCAL/DEFINITÓRIO

Com respeito pelas competências previstas nas alíneas a) e c) do artg. 31º do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, o respetivo Conselho Fiscal / Definitório reuniu, no dia 12 de Novembro, pelas 17 horas, no Salão Nobre da Misericórdia, para analisar e emitir parecer sobre o Plano de Atividades, Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos, para o ano de 2025.

Analisado o documento em apreço, assim como respetivos anexos, e obtidos os esclarecimentos necessários junto da Mesa Administrativa e serviços de contabilidade, o Conselho Fiscal/Definitório ponderou o contexto e as condicionantes dele resultante, nomeadamente os conflitos internacionais e o seu eventual impacto ao nível da economia.

Ainda de entre as condicionantes previstas, foi dado destaque para a atualização do Salário Mínimo Nacional em mais 6,1%, assim como a previsão da atualização do salário médio estabelecida no acordo de Concertação Social em 4,7%, situações que não deixarão de ter o seu impacto, a par da previsão da taxa de inflação em 2%, na vida da Misericórdia.

Esse impacto tenderá a ser maior, se no campo da cooperação com o parceiro Estado não se verificar um incremento das participações para as respostas sociais, sem esquecer os compromissos financeiros assumidos pela Misericórdia junto de entidades bancárias e que representam um esforço significativo para a tesouraria da Instituição.

Não obstante essas dificuldades, o Conselho Fiscal/Definitório não pode deixar de destacar os objetivos traçados, nomeadamente: colocar os investimentos realizados ao serviço do reforço da sustentabilidade da Instituição, bem como, o de manter a operacionalidade das diferentes respostas/valências, assegurando por essa via a prestação de serviços aos utentes e contribuindo para a coesão social.

A concretização desses objetivos implica a execução de um conjunto de atividades e definição

de prioridades, devidamente explanadas no documento analisado, e que desde já se reputam de importantes para a missão desta Misericórdia.

Já no campo económico perspectiva-se um total de quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, setecentos e treze euros (4.586.713€), isto no que aos rendimentos diz respeito.

No entanto, esta estimativa de mais duzentos e oitenta e oito mil e noventa euros (288.090€), que representa um crescimento em mais 6,7% face a idêntica projeção para o ano de 2024, está suportada na concretização da venda de património, anteriormente autorizado pela Assembleia Geral, designadamente a venda dos apartamentos existentes no concelho da Amadora, na Rua Miguel Bombarda (n.ºs 56 e 58), cujo contrato promessa de compra e venda foi já devidamente ratificado pela Assembleia Geral, e cuja escritura está preconizada ser realizada no próximo ano.

Pelo contrário, a conta 72 apresenta uma previsão de menos cento e vinte e cinco mil, cento e noventa e cinco euros (125.195€), resultante da diminuição da previsão do número de camas a contratualizar no Hospital de Beneficência Condessa das Canas, passando de 40 para 20, numa estimativa mais prudente, tendo sido apenas inscrita uma receita previsível de trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e trinta e oito euros (382.538€).

Na conta 75, estima-se um incremento de mais sessenta e oito mil, cento e noventa e nove euros (68.199€), totalizando um milhão e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e um euros (1.066.871€), muito devido à inclusão em orçamento das verbas referentes às designadas vagas cativas (10), algo que não foi sinalizado em idêntico documento do ano anterior (2024).

Na componente dos gastos a previsão realizada estabeleceu um valor de grandeza de quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete euros (4.369.857€), o que traduziu um aumento em mais 1,86%, ou seja, mais setenta e nove mil, oitocentos e vinte quatro euros e oitenta cêntimos (79.824,80€), face ao orçamento de 2024.

Esse aumento, foi concretizado com o contributo da conta 61, Custo de Mercadorias, em que se prevê um aumento de 71%, ou seja, mais duzentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e oito euros (252.498€), muito devido ao aumento dos géneros alimentares.

Já em relação aos gastos com pessoal, isto é na conta 63, estimou-se um valor inferior face ao orçamento de 2024, uma vez que se programou a entrada em funcionamento do Hospital de

Beneficência Condessa das Camas com uma ocupação de 20 camas, reduzindo-se as necessidades ao nível dos recursos humanos.

Esta alteração da programação representa uma redução significativa, sendo que no cômputo geral desta rubrica (63) foi registado um valor de dois milhões, setecentos e oitenta e sete mil, trezentos e vinte e um euro (2.787.321€), ou seja, menos 4,1% o que representa uma redução de cento e dezanove mil, setecentos e dezassete euros (119.717€).

Da ponderação entre rendimentos e gastos, a perspectiva apresentada pelo Orçamento é a de que seja possível a obtenção de um resultado líquido positivo de duzentos e dezasseis mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros (216.855€), muito devido à venda de património.

Quanto ao quadro de investimentos o próximo ano apresenta um total de quinhentos e dezanove mil, seiscentos e três euros (519.603€), dos quais cem mil (100.000€) serão provenientes de subsídios (viatura e projeto de reabilitação bairro social), sendo o remanescente, quatrocentos e nove mil e seiscentos e três euros (419.603€) originários de capitais próprios.

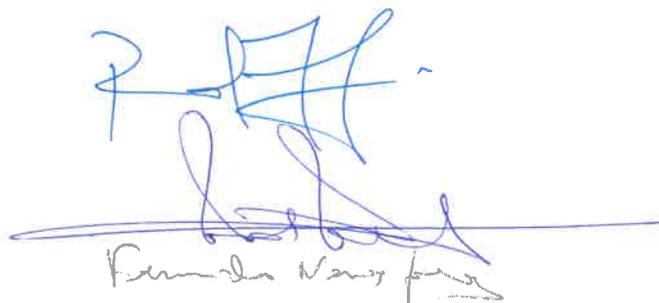
Contudo, todo o investimento preconizado deverá depender da evolução da situação económica e financeira da Misericórdia.

Face ao analisado e ao já exposto, deliberou o Conselho Fiscal / Definitório, por unanimidade, dar parecer favorável à proposta de Plano de Atividades, Orçamento e Mapa de Investimento para 2025, propondo à Assembleia Geral a respetiva aprovação.

Mais considerou, ser de **propor um voto de louvor à Mesa Administrativa, e serviços de apoio, pelo trabalho desenvolvido, não apenas na preparação e elaboração da documentação, mas especialmente ao planeamento desenhado para o novo exercício.**

Arganil, aos 12 de Novembro de 2024

O Conselho Fiscal



Fernando Nery

